

CONJUNTURA / Presidente Jair Bolsonaro diz esperar que o Congresso derrube o veto dele ao projeto de parcelamento de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas, e promete “solução parcial” para microempreendedores individuais

Refis: governo busca solução

» INGRID SOARES
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu uma “solução parcial” para os microempreendedores individuais (MEI) prejudicados pelo veto ao projeto de lei que permitia o parcelamento de dívidas tributárias. No caso das microempresas, o presidente afirmou, em entrevista à Rádio Sarandi, que o Congresso deverá derrubar o veto, “o que solucionará a questão”.

Bolsonaro se reuniu ontem à tarde, no Palácio do Planalto, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do assunto. A interlocutores, Guedes disse que a questão do Refis seria de “fácil solução”, mas exigiria uma compensação pela perda de receita. A assessoria da Presidência, contudo, manifesta preocupação com a legislação eleitoral, que impede a concessão de benefícios em ano de eleições.

Na entrevista à rádio, Bolsonaro disse que foi obrigado a votar o projeto por questões legais. “Hoje (ontem), devemos ter uma decisão para atender o pessoal do MEI que contraiu empréstimo por ocasião da pandemia para que seja renegociado, isso sim. Pretendemos uma solução parcial agora, e, com a volta do Parlamento, eu tenho certeza que o Parlamento vai derrubar o veto”, afirmou.

“Se eu sanciono, estou em curso na Lei de Responsabilidade Fiscal. E responderia também perante à legislação eleitoral, porque, em anos eleitorais, tem certas coisas que eu não posso sancionar”, alegou o presidente.

Gustavo Bezerra/Fotos Publicas



Paulo Guedes, um dos que recomendaram o veto ao presidente, diz que é preciso adotar medidas para compensar perda de receita

O projeto abria espaço para descontos de juros e multas e parcelamento de R\$ 50 bilhões em dívidas de empresas cadastradas no Simples e de MEIs. O veto foi recomendado pelo Ministério da Economia e pela Advocacia-Geral da União (AGU). O Brasil tem cerca de 16 milhões de microempreendedores individuais e pequenas empresas. A decisão gerou uma movimentação de entidades que representam a categoria, com o objetivo de pressionar o Congresso a derrubar o

veto. Várias delas encaminharam ofício aos líderes de partidos no Senado e na Câmara dos Deputados alertando sobre as consequências da decisão presidencial e se colocando à disposição para aprofundar o tema.

“Estamos trabalhando para derrubar o veto. As razões e consequências são evidentes. Impossibilitados de renegociar suas dívidas, milhões de microempreendedores serão colocados na informalidade, além de gerar menos empregos e arrecadação.

O governo não está abrindo mão de receita, ele está abrindo mão de um futuro aumento da receita daqueles que não pagaram e agora também não terão oportunidade de renegociar para pagar. O projeto foi analisado por todas as comissões e aprovado no Congresso, sem esbarrar em nenhuma ilegalidade, como está sendo colocado agora pelo governo”, afirmou Joseph Couri, presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Simpipi).

Para a entidade, com o veto,

as empresas que não conseguirem acertar as contas com a Receita Federal terão os processos inscritos na Dívida Ativa da União. Com isso, além de serem cobradas na Justiça, ficando sujeitas ao pagamento de juros e encargos e estarão impossibilitadas de continuar inscritas no Simples, o sistema simplificado de recolhimento de tributos federais. Isso também dificultará a aprovação de empréstimos e financiamentos, entre outros problemas.

FMI alerta emergentes

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*

A alta de juros nos Estados Unidos que vem sendo anunciada pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) pode ter grande impacto nas economias emergentes. O alerta foi publicado ontem em um blog do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para os economistas do Fundo, os países precisam se antecipar, adotando, por exemplo, medidas de ajuste fiscal.

“Embora os custos dos empréstimos em dólares permaneçam baixos para muitos, as preocupações com a inflação doméstica e o financiamento externo estável levaram vários mercados emergentes no ano passado, incluindo Brasil, Rússia e África do Sul, a começar a aumentar as taxas de juros”, disse o FMI.

De acordo com o Fundo, se houver um aperto gradual na política monetária dos EUA, os efeitos sobre os mercados emergentes serão benignos. No entanto, as repercussões também podem ser negativas se a alta de juros for mais intensa. “Aumentos mais rápidos das taxas do Fed poderiam abalar os mercados financeiros e endurecer as condições financeiras em todo o mundo”, disse o FMI. As consequências seriam a desaceleração da economia dos EUA e saídas de capital e desvalorização da moeda de países emergentes.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Fonte: Kantar IBOPE Media EasyMedia4 | DFE | DFE-SET / 2021 A NOV. / 2021 | DFE-CLUBE 105 FM / WEB | DFE-AMBOS | 05-05 | 2a-Dom | OPM#

FECHAMOS
MAIS UM ANO
EM PRIMEIRO
LUGAR!

Obrigado!

E preparem-se,
teremos muitas
surpresas em 2022.

CLUBE.FM

Disponível na
App Store

Baixar no
Google play